



Participação em transição no Brasil: uma releitura

Mario Luis Grangeia Ramos¹

Resenha do livro:

GOHN, Maria da Glória. *Participação e democracia no Brasil: da década de 1960 aos impactos pós-junho de 2013*. Petrópolis, Vozes, 2019.

As manifestações de junho de 2013 em cidades brasileiras ganharam atenção merecida, mas descontínua, de atores estatais, do mercado e, claro, da sociedade civil. No meio acadêmico, aqueles protestos têm sido estudados, mas as causas, dinâmicas e consequências ainda serão muito analisadas. Daí ser tão oportuno uma autora como Maria da Glória Gohn, de vasta bibliografia sobre movimentos sociais no país, propor uma releitura da participação à luz de cerca de meio século do caso brasileiro. Em “Participação e democracia no Brasil: da década de 1960 aos impactos pós-junho de 2013” (Vozes, 2019), a professora da Universidade de Campinas (Unicamp) fecha a trilogia formada pelas leituras “a quente” de “Manifestações de junho de 2013 no Brasil e praças dos indignados no mundo” (Vozes, 2014) e “Manifestações e protestos no Brasil: correntes e contracorrentes na atualidade” (Cortez, 2017).

Quem quer ampliar seu olhar sobre o tema da participação na agenda brasileira encontra aqui dois eixos de análise. Na Parte I, Gohn recupera referências teóricas e formas históricas que articulam participação e democracia. Na Parte II, os capítulos versam sobre participação, juventude e educação. Ao fim

1 Pesquisador. Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU). Pesquisador visitante Albert Hirschman Centre on Democracy (Graduate Institute, Genebra). E-mail: mario.grangeia@gmail.com – ORCID – <https://orcid.org/0000-0002-9541-0517>

da obra, a autora se volta a uma questão candente: “Para onde segue a democracia no Brasil?”

Três premissas deste estudo estão explicitadas na apresentação. A primeira remonta à ideia do sociólogo Charles Tilly de que há “processos necessários” à democratização e à desdemocratização, e não “condições necessárias”. Quanto à segunda, o desenho institucional do modelo democrático sofre direta interferência do processo de formação da opinião pública e da vontade política dos cidadãos. Por fim, há aspectos educativos na democracia em razão da participação de cidadãos nas esferas públicas civil e governamental. E esse aprendizado pode gerar e reforçar princípios progressistas ou conservadores. Eis um trio de premissas ainda mais bem-vindo frente à fugacidade da ótica de muitos “comentaristas políticos” com voz na mídia e à luz da expansão do ativismo digital entre forças de esquerda e direita.

Mais conceitual, o capítulo 1 sistematiza uma dezena de abordagens teóricas da participação: escolha racional; posição social de indivíduos; mobilização política institucional; identidade coletiva; teoria crítica e reconhecimento de direitos; engajamento militante (neomarxista); decolonial; relacional (cyberativismo); gênero, a partir das mulheres; e autonomistas. A contribuição tem virtudes e vícios habituais a revisões de literatura mais sintéticas, como o maior foco sobre certas perspectivas teóricas – como a dos estudos de redes e cyberativismo – do que sobre outras, como as feministas. É digna de nota a busca de diálogo com estudiosos do tema como Adrián Gurza-Lavalle e Carlos Milani, mas é de lamentar Gohn não ter se aprofundado aqui nessa interlocução, pois o debate fica aquém das proposições dos autores citados. Afinal, como observou Gurza-Lavalle (*apud* Gohn, 2019: 27), “a participação [tornou-se] um conceito fugidio, e as tentativas de definir seus efeitos, escorregadias”.

Exposta a heterogeneidade do campo em termos teóricos, Gohn conclui o capítulo sinalizando que as abordagens seriam usadas ou não em função do perfil (idade, gênero etc.) dos agentes, parecendo haver certa dissonância teórico-empírica em afirmar, por exemplo, que a via autonomista “tende a crescer entre os jovens” (Gohn, 2019: 60). Mais vale sua menção à tese do filósofo Terry Eagleton de que a contracultura dos anos 1960/70 se transformou no pós-moderno dos anos 1980/90, além da divergência quanto à ideia dele sobre rumos das utopias (finadas para Eagleton, presentes para ela). Após a revisão teórica neste início do século XXI, Gohn diz ver “a ampliação da cultura como instrumento de luta e resistência na vida pública, via as novas mídias sociais” (Gohn, 2019: 63). Ela incita autores a articularem identidades culturais ao tema das desigualdades sociais no plano econômico (conexão desejável, sim) e atentarem às

especificidades brasileiras – clamor condizente ao norte do livro e que pode ser mal interpretado como alheio ao “problema da viagem” (Sartori, 1970) da teoria, propícia às comparações.

No capítulo 2, Gohn revisa formas de participação no Brasil entre a década de 1960 e os anos 2010. Com olhar de taxonomista mais comum a livros-texto, ela nota quatro “ciclos da participação”: da explosão do povo nas ruas à resistência à repressão (anos 1960); organização pelas bases (lutas e movimentos nos anos 1970); Diretas Já e processo constituinte (anos 1980); e a participação institucionalizada ou cidadã desde 1988. É do último ciclo que ela trata mais, pois sua meta é vincular três frentes: tipos de direitos sociais demandados e implementados; participação civil em instituições participativas e políticas públicas a partir da Carta de 1988; e mudanças dos atores na rua desde 2013. Tal relação é sabidamente desafiadora e Gohn a faz mais sob o prisma da história, que bem usou antes (Gohn, 2001: ex.), do que da ciência política. O mérito de arrolar bons estudos recentes dessa área atentos à participação institucionalizada no país não é acompanhado, porém, de debate mais matizado.

A autora conclui o retrospecto sobre ciclos da participação no Brasil diagnosticando que houve avanços democráticos, com suporte oficial via políticas públicas, mas com resultados contraditórios:

(...) de um lado várias demandas sociais assumiram o estatuto de direitos conquistados (ainda que limitados), abrindo espaço à participação cidadã via ações cidadãs e novos direitos assegurados por novas políticas públicas, especialmente no campo do reconhecimento de direitos culturais, ou direitos relativos à diversidade e contra as desigualdades sociais (cf. Honneth, 2013). De outro houve perdas, principalmente de autonomia dos movimentos e o estabelecimento de estruturas de controle social de cima para baixo, nas políticas governamentais para os movimentos sociais (Gohn, 2019: 106).

O bem embasado diagnóstico realça consequências intencionais e não intencionais dos atores. Houve continuidades e mudanças nas formas de participação desde 1988 e é fecundo frisar a inserção da sociedade civil nas políticas sociais após sofrer tantos ataques pelo governo federal eleito em 2018.²

O capítulo 3 é considerado chave pela autora, porque introduz os protestos nas ruas entre junho de 2013 e junho de 2018 como um “quinto ciclo” de

2 Gohn nota que a dita “década perdida” dos anos 1980 foi uma “década de conquistas democráticas de direitos” (Gohn, 2019: 107) – vale lembrar que a retórica da “perda” à época se referia à produção econômica, e não à legislativa.

participação no Brasil após 1960. Para a cientista social, o ciclo teve quatro momentos: (1º) conversão de ruas em territórios de cidadania e de avaliação de políticos, governos e partidos (jun./2013); (2º) criação de organizações movimentalistas ou contracorrentes na rua (2014); (3º) volta da multidão à rua (2015/16); e (4º) redesenho de articulações (2017/18). A distinção de tais momentos é atribuída a alterações de atores sociopolíticos, repertórios, correntes político-ideológicas e cultura política. Ao debater 2014, em especial, sua inovação de chamar de “organizações movimentalistas”, em oposição ao conceito clássico “movimentos sociais”, permite “caracterizar grupos de jovens que se aglutinam ao redor de alguns líderes ou formadores de opinião, os quais elaboram um plano de atividades e o executam sob a ótica de uma corporação” (Gohn, 2019: 120).³

O *impeachment* presidencial, em 2016, é tomado como um ponto de inflexão na renovação de grupos e lideranças postulantes a cargos públicos pelo voto. Gohn nota a maior visibilidade de grupos liberais e conservadores à frente de protestos em 2015/16 e o posterior questionamento ou revisão de políticas de inclusão fixadas na Constituição ou construídas na década de 2000. Sua leitura de que as manifestações de 2013-18 teriam contribuído para “alterar a cultura política da sociedade” (Gohn, 2019: 169) rende mais margem a questões do que o diagnóstico de que elas tiveram efeitos e consequências contraditórias para a democracia local (aliás, tensões na democracia andam atuais não só no Brasil). A autora frisa que também o significado de autonomia mudou nas ações coletivas das últimas décadas.

Os conflitos político-culturais dos manifestantes, especialmente no caso dos jovens na atualidade, devem ser lidos com chaves analíticas diferentes das que foram utilizadas para analisar os denominados novos movimentos sociais identitários nas décadas de 1980-2000. Esses últimos atuavam inspirados por ideais de emancipação e direitos coletivos básicos. Os atuais também focam direitos, mas organizam-se de forma diferente. Autonomia não é estar de “costas para o Estado”, como foram denominadas muitas ações populares na década de 1970-1980, apoiadas pelo setor progressista do clero cristão. Autonomia na atualidade, para uma grande parcela dos jovens, como os que participam no MPL [Movimento Passe Livre], é ter autodeterminação, longe de grupos partidários, sindicais ou religiosos. (Gohn, 2019: 171).

3 Por sinal, a proliferação das formas de ação coletiva fez o conceito de “novos movimentos sociais” (Melucci, 1980, p. ex.) envelhecer rápido, mas segue um constructo fértil para estudar atores coletivos com agendas identitárias, entre outras.

A Parte II reúne três capítulos com focos convergentes que se ligam ao trio anterior de forma mais tácita que explícita. Gohn traz olhares sobre a juventude no capítulo 4 e revê brevemente valores e princípios norteadores de discursos e práticas dos jovens. Sejam as demandas na mobilidade urbana (jun. 2013) ou na educação (2015/16), dois elementos são comuns para articular práticas dos jovens, segundo a autora: os direitos como pauta e uma cultura política baseada num binômio moderno/não moderno. É enfatizado por ela que a internet “tem revolucionado” formas de comunicação e interação dentro da sociedade civil, elevando o poder para as redes sociais, os coletivos e os movimentos sociais na formação da opinião pública. Além de decodificar e codificar problemas e conflitos a partir de certas temáticas, as redes ali articuladas impulsionam a cooperação, constroem e reforçam identidades coletivas. As estratégias dos atores e sua atuação política refletem esse novo cenário, vide a formação transnacional de coletivos com pauta reiterada em vários países e acionada a partir de qualquer ponto. O mesmo cenário vê a recente ascensão de grupos de jovens liberais e conservadores nas ruas do país.

No capítulo 5, Gohn traça um abrangente panorama de lutas pela educação no país, desde as primeiras décadas do Século XX. Esse balanço histórico precede uma análise de lutas e ocupações de escolas por jovens estudantes no Estado de São Paulo, em 2015-2017, numa mobilização contra uma ampla gama de pautas: as reformas estaduais na área; a reforma no ensino médio; ETECs paulistas; o projeto “Escola Sem Partido”; a retirada de conteúdos sobre gênero no currículo; e a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) do teto dos gastos públicos (PEC 55/2016 no Senado). Em comum nas mobilizações, ela vê o movimento autonomista (com autodeterminação), já tratado na Parte I.

Outra abordagem mais histórica da temática da participação, juventude e educação percorre o capítulo 6, centrado na retomada de maio de 1968 como marco inaugural de um conjunto de demandas na educação. A autora avalia que, após meio século, há menos explicações do que indagações quanto às influências sobre o Brasil da mobilização com epicentro na França. Entre as questões citadas, Gohn inclui o legado de maio de 1968 na participação dos jovens, a relação com movimentos autonomistas em evidência após junho de 2013 e as modificações dos atores em atos de protesto. “Maio de 68’ não foi apenas uma cultura juvenil, um espírito de rebeldia. Foi sobretudo a base de novas trilhas na construção dos direitos de cidadania, sobretudo nos direitos das mulheres, negros, população LGBTTS, indígenas e tantos outros” (Gohn, 2019: 245). Eis outro convite dela a uma renovação do debate.

Para fechar a obra, Gohn recapitula os capítulos frente à questão-motivação “Para onde segue a democracia no Brasil?”. Nessa releitura da participação em

transição, a professora da Unicamp frisa 2013 como um divisor de águas no cenário brasileiro de participação social e de associativismo, pois ele “altera-se completamente”. Daí sua cronologia (também não seria impreciso dizer “tipologia”) de ciclos de participação e protestos indicar um novo ciclo a partir das manifestações vistas naquele ano. No longo prazo, ter-se-á maior clareza se tais manifestações tão críticas às políticas públicas, ao papel do Estado e às dinâmicas da política no país “reinventaram as formas de fazer política” (Gohn, 2019: 248).

Nesse capítulo sobre rumos da democracia no país, a autora assume riscos inerentes a análises de conjuntura – opção que merece todo apreço quando esses riscos são minimizados por pontos altos da pesquisa (esta resenha buscou realçar os deste livro). É provável que Gohn, em próximos trabalhos, possa avaliar com mais distanciamento os achados de sua trilogia “a quente” da participação no Brasil dos anos 2010. Seu olhar apurado ganhará ainda mais nitidez depois dos meses de pandemia da covid-19, que privou atores, individuais e coletivos dessa arena pública que são as ruas. Se é possível haver uma certeza sobre a democracia brasileira, essa é a de que há tempos ela não via ameaças internas tão de perto. Já se as maiores resistências às ameaças virão de atores do Estado, do mercado ou da sociedade civil, apenas o tempo dirá. Mas é certo que a obra de Gohn traz subsídios úteis para quem estudar as reações.

Referências

- GOHN, Maria da Glória. *História dos movimentos e lutas sociais: a construção da cidadania dos brasileiros*. Rio de Janeiro, Loyola, 2001.
- GOHN, Maria da Glória. *Participação e democracia no Brasil: da década de 1960 aos impactos pós-junho de 2013*. Petrópolis, Vozes, 2019.
- MELLUCI, Alberto. The new social movements: a theoretical approach. *Social Science Information*, v. 19, n. 2, pp. 199-226, mai. 1980.
- SARTORI, Giovanni. Concept Misformation in Comparative Politics. *American Political Science Review*, Cambridge, n. 64, v. 4, pp. 1033-1053, dez. 1970.

Recebido em: 16/04/2021

Aprovado em: 14/06/2021

Como citar esta resenha:

RAMOS, Mario Luis Grangeia. Participação em transição no Brasil: uma releitura. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 11, n. 1, jan.- abril 2021, pp. 469-474.